

A 'POLÍTICA' NA POLÍTICA EXTERNA: REALISMO, AGÊNCIA E CLIVAGENS

POR

Pedro Ponte e Sousa¹

Resumo: A principal marca da política externa é a sua distinção em relação à política interna/doméstica (uma fronteira clara entre interno-externo), e, associada a essa estão: a racionalidade do Estado, o interesse nacional e a defesa de ameaças externas, a contínua busca por poder, mas sobretudo a sua estabilidade, constância, previsibilidade e despoliticização ('negação da política'). Tal levaria ao distanciamento dos cidadãos (e da discussão política) relativamente à política externa e, em consequência, um processo esvaziado de acção política, de decisão, de clivagens político-partidárias reais e efectivas, de agência, em suma. Ou seja, reconhecer a política externa como um processo esvaziado de política ('politics') fomenta o desinteresse dos cidadãos sobre essas matérias, e vice-versa. Procuraremos analisar criticamente essa percepção sobre a acção externa do Estado, em três partes. Primeiro, como o Realismo limita e impede uma análise mais alargada e exacta da política externa, retirando-lhe complexidade; segundo, a questão agente-estrutura, em particular num contexto de globalização; terceiro, o papel da política ('politics') na política externa, avaliando-o e avançando pistas para a sua melhor compreensão. Estes elementos votam a política externa como uma área 'especial' da acção do Estado, onde a discussão pública, a proposta de caminhos alternativos, e a democracia parecem não ter lugar. Defendemos que a política pode engajar directamente com a política externa e que, num contexto globalizado, ao invés de perder a sua importância, a política externa é reforçada e complexifica-se.

Palavras-chave: política externa; Realismo; política; Análise de Política Externa.

Abstract: The main hallmark of foreign policy is its distinction in relation to internal/domestic policy (a clear separation between internal-external), and associated with this are: the rationality of the State, national interest and the defence of external threats, the continuous search for power, but above all its stability, constancy, predictability and depoliticization ('negation of politics'). This would lead to the disaffection of citizens (and political discussion) in relation to foreign policy and, consequently, a process depleted of political action, of decision, of real and effective party-politics cleavages, of agency, in short. In other words, recognizing foreign policy as being devoided of politics fosters citizens' disinterest in these matters, and vice-versa. We will try to critically analyse this perception on the external action of the State, in three parts. First, how realism limits and prevents a broader and more accurate analysis of foreign policy, removing complexity from it; second, the agent-structure issue, particularly in a context of globalization; third, the role of politics in foreign policy, evaluating it and advancing suggestions to its better understanding. These elements place foreign policy as a 'special' area of state action, where public discussion, the proposal of alternative paths, and democracy seem to have no place. We argue that politics can engage directly with foreign policy and that, in a globalized context, rather than losing its importance, foreign policy is strengthened and becomes more complex.

Keywords: foreign policy; realism; politics; Foreign Policy Analysis.

¹ Doutorando em Estudos sobre a Globalização, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL); Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI). E-mail: pedrosousa_pps@hotmail.com

0. INTRODUÇÃO

Neste texto, procuraremos fazer uma breve exploração sobre o tema da política (como 'politics')² na política externa de um Estado. A necessidade desta exploração decorre de dois elementos bastante relevantes: por um lado, a política externa é normalmente tida como uma área 'especial' da acção do Estado, diferente das demais (Sousa, 2014; Sanchez et. al., 2006), tendo em conta a racionalidade que a envolve, a importância para a manutenção da autonomia e independência desse mesmo Estado, bem como o papel definidor das interações para lá das suas fronteiras, no contexto internacional. Aliás, e por outro lado, é comum questionar-se se a política externa é mesmo uma política pública, ou se é uma política pública 'diferente' das demais, no que concerne às políticas seguidas, meios, entre outros (Sousa, 2014)³.

Assim, este texto dividir-se-á em quatro grandes partes: em primeiro lugar, algumas noções básicas sobre política externa, os seus elementos e o que distingue esta noção de outras; em segundo lugar, um foco no Realismo, teoria das Relações Internacionais⁴ mais utilizada entre decisores e estudiosos, e compreender de que forma esta teoria estuda a política externa, e as desvantagens do uso da mesma; em terceiro lugar, um pequeno enfoque na questão agente-estrutura, em particular no contexto da globalização, e quais os efeitos desta sobre a compreensão da política externa de um Estado; por fim, um conjunto de conclusões quanto à política (como 'politics') na política externa de um Estado, em concreto no que tal acarreta para a formulação, decisão e implementação das suas decisões e condução da sua actividade no século XXI.

² Ao longo deste texto, faremos recorrentemente menção à política na política externa, referindo-nos, de forma simplificada, à 'politics'. Na língua inglesa, 'policy', 'polity' e 'politics' têm três conceitos distintos, referindo-se a diferentes aspectos do 'mundo político', o mesmo não ocorrendo em português, em que todas são traduzíveis para 'política'. Quanto à política como 'politics' na política externa de um Estado, referimo-nos à "power struggle between the players inside the polity. It constitutes the core of the political system, (...) [being] the conflict about decisions between the political players", enquanto 'polity' "is used in the sense of 'community', (...) it includes the framework of institutions, that is, the political order in which political action has to take place, (...) [as] the competences of individual governmental authorities specified in the constitution", e 'policy' "[is] the planned formation of social domains such as economy, environment, or education through collectively binding decisions ('policy making'), (...) the organization of individual social problem areas through obliging decisions, for example, about the distribution of resources" (Vowe, 2008: 620-621).

³ Para uma análise detalhada sobre a relação entre política pública e política externa, bem como entre as suas respectivas áreas de estudo, ver Sousa (2014).

⁴ Neste trabalho, como é comum na produção científica da área, utilizaremos 'Relações Internacionais' (com letra maiúscula) quando nos referirmos à ciência social, e a 'relações internacionais' (com letra minúscula) para os fenómenos concretos da realidade internacional.

1. O QUE É A POLÍTICA EXTERNA?

Como pode ser definida a política externa⁵? Em suma, e entre as definições mais consensuais, estão a definição da política externa como a totalidade das políticas e interações de um país com o contexto para lá das suas fronteiras (Breuning, 2007), ou, em alternativa, um guia para as acções a desenvolver para lá das fronteiras do Estado, para avançar os objectivos desse Estado (Russett et. al., apud Neack, 2008)⁶.

Todavia, tão ou mais relevante do que a definição utilizada, são os elementos que lhes estão subjacentes, e que estão na base da política externa: uma acção intencional; resulta da decisão política, mas pode ser diferente/ligeiramente diferente desta (em particular, fruto da burocracia, do papel dos diplomatas, ou de quem implementa as decisões); abarca um conjunto de intenções, afirmações e acções; implica outros actores, tanto ao nível interno como externo, bem como necessariamente a resposta de outros actores a essa política; decorre num contexto permanente de acção, reacção e interacção; pretende uma gestão dos contextos e interesses interno e externo (Neack, 2008; Sousa, 2005; Freire e Vinha, 2011); portanto, é em suma o esforço de uma sociedade nacional para controlar o contexto externo e manter situações favoráveis e alterar as desfavoráveis (Patrício, 2014a; Robinson, 2013; Mendes, 2012).

A definição de política externa distingue-se ainda de outras que, comumente, são utilizadas como seus sinónimos, como política internacional (que se refere ao conjunto das relações que ocorrem entre Estados, portanto abrangendo mais do que apenas o guia para a acção externa de um único Estado, e referindo-se a uma interacção contínua, com objectivos e acções prosseguidos por mais atores (Estados), e que actuam em recíproca reacção ou resposta⁷ – mas focando-se apenas nos Estados como actores na cena internacional) (Sousa, 2005; Patrício, 2014b), relações internacionais (interacções entre todos os actores na cena internacional – empresas transnacionais, organizações internacionais, ou organizações não-governamentais, entre outros – e, portanto, não apenas os Estados) (Patrício, 2014b; Sousa, 2005), ou diplomacia (instrumento ou conjunto de instrumentos que possibilitam a prossecução dos objectivos definidos pelo actor na sua política externa) (Rodrigues, 2004; Silva e Gonçalves, 2010).

⁵ Para uma análise mais detalhada das diferentes definições de política externa, seus elementos e conceitos conexos, bem como da relação entre Realismo e política externa (ou seja, correspondentes às secções 1 e 2 deste capítulo), ver Sousa (2015). Neste capítulo, tendo em conta o espaço disponível e o objecto de estudo mais restrito, far-se-á apenas menção aos aspectos essenciais e mais específicos (relevantes para este capítulo) desse debate, que pode nesse texto ser encontrado de forma mais extensa e precisa.

⁶ Todavia, devemos salientar que, à data, não existe uma única definição consensual de política externa (Freire e Vinha, 2011).

⁷ Fazendo transparecer, portanto, a ideia de um sistema internacional, decorrente dessa contínua interacção (Sousa, 2005; Rodrigues, 2004).

2. REALISMO E A POLÍTICA EXTERNA

O Realismo é a teoria das Relações Internacionais mais utilizada tanto entre decisores como estudiosos, mas que, todavia, apresenta um conjunto de limitações e impede uma visão mais exacta da política externa, em particular de vários elementos que lhe acrescentam complexidade, tanto na formulação, decisão, e implementação desta. Por isso, merece-nos uma especial atenção neste texto, apontando igualmente algumas das suas limitações.

O Realismo apresenta um conjunto de características para o Estado na acção externa que fazem da política externa uma área 'especial' no contexto das funções do Estado: entende que é possível separar claramente entre política interna e política externa⁸; defende que o Estado é o único actor na formulação e decisão da política externa, sendo perfeitamente racional nessas decisões; procura primordialmente a protecção da autonomia e integridade do Estado, ou seja, a defesa de ameaças externas; entende o Estado como um actor unitário, consistente e homogéneo (ou, seja, que representa de forma igual o conjunto dos seus membros); actua em nome do interesse nacional, procurando este em todas as decisões, sendo que, para a teoria, este é objectivo, consensual, e facilmente identificável; tem como objectivo final a preservação e a permanência do Estado como actor nas relações internacionais, pelo que depende de uma contínua luta e busca pelo poder; em consequência, está fortemente dependente dos factores de poder do Estado⁹ (e do poder dos demais Estados no sistema internacional); tende para a estabilidade e constância, sendo previsível e despoliticizada (ou seja, havendo uma 'negação da política' na política externa) – em suma, entende a "política externa como o legítimo instrumento veiculador da vontade nacional" (Patrício, 2014a: 407); entende que há um distanciamento dos cidadãos (e da discussão pública) relativamente aos temas da política externa, segurança e defesa; e, por fim, apresenta como ideias-chave para a política externa: Estado, poder, sobrevivência, anarquia, auto-ajuda (Patrício, 2014a; Robinson, 2013; Mendes, 2012; Freire e Vinha, 2011; Silva e Gonçalves, 2010; Fernandes, 2009; Nogueira e Messari, 2005). Na verdade, este conjunto de prerrogativas constitui uma espécie de círculo vicioso: os cidadãos não conseguem influenciar um processo racional, objectivo, consensual; o processo fica esvaziado de acção política (como 'politics'), decisão, clivagens político-partidárias¹⁰, agência; 'policy sem politics'¹¹; o ciclo vicioso perpetua-se.

Todavia, esta visão realista da política externa (e das relações internacionais) apresenta um conjunto de problemas, que passamos a elencar resumidamente: ignora os complexos processos internos

⁸ Defende Donnelly (2000: 48-49) sobre esta distinção: "Such a categorical distinction between national and international politics is also implied in the characteristic realist attacks on international justice and other foreign policy concerns beyond interest defined in terms of power. Even if one accepts realist amoralism as a regrettable necessity in international relations, it is descriptively inaccurate and prescriptively perverse in national politics. Extremely repressive dictatorships do suggest that the similarities between national and international politics may be as striking as the differences when hierarchic rule rests on little more than superior power. But history presents us with many examples of the sort of relatively humane national politics that realists argue is impossible internationally".

⁹ Sobre este tema, autores como Donnelly (2000: 50) têm salientado a diferença entre meios e fins desse mesmo poder: "Power can be used to acquire, or at least improve the prospect of one's access to, many – realists might say most – objects of desire. But to the (considerable) extent that states seek power for instrumental reasons, the ends for which power is sought, not power itself, drive foreign policy. To define the national interest in terms of power largely confuses means with ends".

¹⁰ Sobre o papel das clivagens político-partidárias na política externa portuguesa (em particular, a forma como estas se reflectiram nas medidas propostas pelos próprios governos, analisadas através dos programas de governo, desde 1999 a 2015), ver Sousa (2015).

¹¹ Ver acima a nota de rodapé sobre os diferentes conceitos de 'policy', 'polity' e 'politics'.

de tomada de decisão¹²; ignora as motivações políticas que levam os Estados a agir no plano internacional (dado que olha apenas para a dinâmica da relação entre os Estados no sistema internacional); menospreza o papel dos líderes individuais, os tipos de governo ou as características de determinada sociedade (nomeadamente, condições económicas)¹³; parece assentar numa versão redutora e simplista da perspectiva das Políticas Públicas sobre a racionalidade¹⁴ na escolha de alternativas num tema (reconhecer e definir o problema; seleccionar objectivos; identificar alternativas; escolha de uma entre várias opções, para melhor cumprir os objectivos); em consequência, exige um levantamento exaustivo quanto ao tema e questão em concreto, alternativas políticas de acção, e a fácil compreensão dos factos em análise (sem constrangimentos de tempo ou de obtenção da informação), o que na maioria das vezes não corresponde à realidade; não problematiza as acções e decisões de um Estado – se age de determinada forma, é para garantir a sua sobrevivência; e, mais importante, não tem em conta uma série de actores, organizações, interesses, motivações, negociações e compromissos que são determinantes da formulação, decisão e implementação da política externa de um Estado (Mendes, 2012; Freire e Vinha, 2011; Silva e Gonçalves, 2010; Mintz e DeRouen Jr., 2010; Santos, 2007; Nogueira e Messari, 2005; Dougherty e Pfaltzgraff, 2003)¹⁵.

Todos estes problemas conduziram a uma utilização mais matizada do Realismo como teoria explicativa da política externa de um Estado, mas, sobretudo: ao recurso a outras teorias das Relações Internacionais; ao desenvolvimento de um campo de estudo (com métodos e teorias próprios) mais

¹² Quanto à inclusão (ou não) dos processos de tomada de decisão nos estudos sobre política externa, e a sua relação com o enquadramento teórico, diz-nos Hill (2015: 58): "At the level of the international system, states or other entities can perfectly well be treated as unified actors. Although shorthand, it still makes sense to say that 'Iraq invaded Kuwait', or 'Germany will not relax its policy on inflation'. That is, after the processes of decision-making appropriate to the country concerned, the state took up a position which was acknowledged as a move by other states, which then reacted in their turn. Tracing these various moves gives us the 'events' of international politics. Realists believe that the information thus generated about patterns of manoeuvring can explain a good deal of international relations, including the behaviour of individual states. That is not the position of foreign policy analysis, which is premised on the belief that we can only fully understand what states do by looking at two further interactions: between their international position and their domestic context, and between the problem being faced and the nature of the decision-making process employed to handle it. What is more states now share the international stage with other significant actors, most of which seek to sidestep governments and sometimes to undermine them. It soon becomes necessary when focusing on an event or a particular actor's behaviour to break down the action into its various levels and components".

¹³ Em suma, "Foreign policy can never be abstracted from the domestic context out of which it springs. Without domestic society and the state there would be no foreign policy. This is not to dis miss the realist perception that the nature of international politics disciplines foreign policy and to reduce its degree of variation – in other words, that to play the game you have to stick to the rules. It is, rather, to argue that foreign policy cannot be reduced to a game like chess with set rules, a single dominant value and a unitary, optimising decision-maker" (Hill, 2015: 43)

¹⁴ Sobre a questão da racionalidade, Hill (2015, 74) recorda-nos como o Realismo ignora a realidade concreta do contexto em que as decisões são tomadas (e as características humanas dos decisores), sobrevalorizando o papel da eventual racionalidade das decisões: "Another (...) predisposition is the common tendency to over-emphasize self, so that understanding an adversary proves difficult. This can fall well short of full-blooded narcissism and still do damage. (...) The failure to put oneself in the other side's shoes (that is, empathize) is potentially the most fatal of errors. It will prove difficult to predict or understand their responses, and ultimately will prevent you from allowing them to save face in the event of a climb-down. It is natural, but lazy, to assume that others operate on the same assumptions as oneself – or if not, that they are people with whom one cannot do business. Realism has traditionally assumed that foreign policy-makers everywhere are on the same page, and those influenced by economics think that we are all 'pretty rational'. But such views overlook cultural, geographical and historical differences, producing oversimplification. They can come spectacularly unstuck".

¹⁵ Donnelly (2000: 2) diz sobre a capacidade explicativa do Realismo, em particular no que concerne à política externa: "I see realism as an exaggerated and dangerously one-sided set of insights rather than a successful general theory of international relations. Its enduring contribution lies in the fundamentally negative task of highlighting recurrent political constraints posed by international anarchy and human selfishness. It also has considerable promise as a source of partial, mid-level theories. But realism fails – often spectacularly and tragically – in its aspiration to provide a general explanatory theory of international politics or a prescriptive framework for foreign policy".

específico, a Análise de Política Externa (*Foreign Policy Analysis*, em inglês)¹⁶; e a uma generalizada crítica (moderada) ao Realismo (nomeadamente, quanto à sua capacidade explicativa).

3. A QUESTÃO AGENTE-ESTRUTURA, A POLÍTICA EXTERNA E A GLOBALIZAÇÃO

A questão agente-estrutura, sobre qual destes dois tem mais influência nas relações internacionais e, sobretudo, no comportamento dos actores individuais nesse sistema, tem estado no centro das discussões tanto nas várias teorias das Relações Internacionais como no próprio estudo da política externa. Já vimos acima o peso que o Realismo coloca na estrutura para determinar o comportamento, e o mesmo ocorre com outras teorias das Relações Internacionais. Igualmente, dentro do sub-campo de estudos da Análise de Política Externa, a questão agente-estrutura esteve no centro dos vários debates teóricos, bem como da generalidade das propostas e dos estudos que se têm desenvolvido, ainda que sob diversas perspectivas e abordagens (Carlsnaes, 1992; Carlsnaes, 2008)¹⁷.

Aqui, todavia, gostaria de dar um maior enfoque a um fenómeno social que contribui para discussão do fenómeno agente-estrutura, uma vez que altera a própria relação entre estas nas relações internacionais e, em particular, nas relações entre os Estados: a globalização¹⁸. De forma resumida, com esta existe (Neumann, 2015; Scholte, 2005; Held et. al., 1999): uma maior complexidade na defesa dos interesses nacionais ou globais (e quais privilegiar, num determinado momento ou de forma geral); uma redução dos incentivos para os conflitos entre Estados (nomeadamente, para a guerra tradicional/convencional); o aumento da necessidade de relações transnacionais e cooperação com outros Estados, mesmo para maior controle do seu território – através de regimes internacionais, organizações internacionais, governação global – e, em consequência, a emergência de assuntos que ligam cada vez mais as arenas nacional e internacional ('intermestic issues'), exigindo uma resolução desses assuntos

¹⁶ Também conhecida pela sua designação original, *Foreign Policy Analysis* (FPA), em inglês. Refere-se a um sub-campo das Relações Internacionais, um ramo da disciplina que procurou desenvolver teorias e métodos para o estudo dos processos e decisões da política externa. De forma resumida, tenta compreender as relações externas e as actividades do estado em relação ao exterior, incluindo tanto actores e processos internos como externos, e, deste modo, rejeitando uma visão unicamente sistémica, própria das principais teorias das Relações Internacionais (Hudson e Vore, 1995; Hudson, 2005; Neack, Hey e Haney, 1995; Alden e Aran, 2012). Por outras palavras, "FPA emerged precisely as a reaction to the assumption too often made by commentators that the state was a single, coherent actor pursuing clear interests in a more or less rational manner, with success varying according to the talents of particular leaders and the constraints of circumstance. The work done in FPA invariably challenged the ideas of rationality, coherence, national interest and external orientation. (...) FPA grew through attacking the assumption of rational action on the part of a unitary actor with given goals (usually power-maximization) which was associated with realism." (Hill, 2015: 8, 10).

¹⁷ Autores como Mendes (2012: 62) salientam como a Análise de Política Externa, "ao concentrar-se na interpenetração entre o sistema estatal e o sistema internacional, (...) liga o nível micro da política interna com o nível macro da política internacional".

¹⁸ Por outras palavras, dado que "the idea of 'global politics' challenges the traditional distinctions between domestic/international, inside/outside, territorial/non-territorial politics, as embedded in conventional conceptions of 'the political'" (Held et. al., 1999: 50).

cada vez mais global (Hill, 2015; Held, 2007); esbatimento da fronteira interno-externo (e das fronteiras de uma forma geral), desterritorialização, aceleração e maior densidade dos fluxos (de bens, ideias, pessoas), e as suas consequências para a prossecução dos interesses nacionais no exterior.

Com tudo isto, há quem defenda que “foreign policy is increasingly portrayed as yesterday’s fad rather than as a constitutive practice of contemporary global politics” (Hellmann e Jorgensen, 2015: 1). Todavia, apresentamos e defendemos aqui uma visão totalmente oposta – a de que com a globalização, a política externa se torna ainda mais relevante e complexa (Hill, 2015), por três motivos (Patrício, 2014a; Cooper et. al., 2008): a crescente internacionalização de problemas nacionais e internalização de questões internacionais (pelo que a política externa cada vez mais influi no âmbito regulatório interno); a descentralização e regionalização, processos facilitados pela globalização, fazem com que outros níveis de governo (supranacionais e infraestatais) cada vez mais procurem apresentar actividades externas consistentes (Patrício, 2014a); para além destes, actores não-governamentais, empresas ou ONGs têm cada vez mais acções externas coerentes (Patrício, 2014a), pelo que o processo de decisão se torna mais multinível.

4. A POLÍTICA ('POLITICS') NA POLÍTICA EXTERNA? NOTAS FINAIS

Nesta secção, procuramos resumir alguns dos elementos que maior influência têm sobre a política ('politics') na política externa, e tentamos traçar algumas conclusões gerais.

Se a política externa é crescentemente influenciada por outros níveis de governo (supra e infra) e actores não estatais, tornando-a mais complexa e politizada (sobretudo a nível interno); se o Realismo (e outros conceitos, como o de 'interesse nacional', entre outros) tem menos poder explicativo e sedução sobre decisores e estudiosos; se os processos de decisão se tornam mais complexos, com mais actores envolvidos e interessados (empresas, ONG, sociedade civil, entre outros); se a fronteira entre o interno (políticas públicas) e o internacional (relações internacionais, política externa) se esbate e se torna menos relevante (i.e., menos 'fronteira'), se há mais arenas para a decisão (cada vez mais multinível); todos estes elementos fazem com que a política ('politics') se torne mais relevante na formulação, decisão e implementação da política externa de um Estado. Ao mesmo tempo, torna-se mais evidente a questão do 'quem age, e para quem?', ou seja, a questão dos interesses gerais e particulares e de quais existem (e prevalecem) numa determinada decisão de política externa. Igualmente, questões como a acção concreta que foi empreendida (e suas consequências, esperadas ou não), a escolha entre várias opções (as alternativas e a margem de manobra existentes), e a responsabilidade do Estado na sua actuação na cena internacional (moral/ética, prática vs. interesses) (Teixeira, 2010; Pureza, 2011) tornam-se determinantes num maior escrutínio público da política externa, e numa maior politização da mesma. Tudo isto ocorre sem que muitas das expectativas se alterem – nomeadamente, continua a existir, por parte dos cidadãos, de que o Estado os defenda no sistema internacional, de

forma a socorrer todos (os seus cidadãos) da mesma forma, etc...; mas abarcando um conjunto de expectativas mais complexo e exigente que faz com que a política externa não possa, definitivamente, ser vista como um elemento da 'antiga' política internacional, mas antes como um elemento-chave nas relações internacionais contemporâneas e no mundo globalizado que os Estados e todos os actores internacionais enfrentam nas suas crescentes relações e fluxos transnacionais.

Em suma,

"The idea of foreign policy needs to be liberated-from the cul de sac down which it has been shunted in the academic study of International Relations, and from the fatalistic assumption of too many citizens that it is an occult affair, doomed to be the preserve of disingenuous politicians and arrogant, unaccountable officials. (...) [There] is an open-ended query about one of the key dilemmas of the last hundred years, still unresolved: how to pursue responsible international policy while doing justice to the processes of mass democracy. The premise is that foreign policy is not outside normal politics; that some kinds of political action may be pursued effectively through it, and others less so; and that, far from being irrelevant in modern conditions, as some argue-or, more often, simply assume-foreign policy is one of the most critical activities in which a polity, particularly a democratic polity, engages" (Hill, 2003: 233)

BIBLIOGRAFIA

- ALDEN, C.; ARAN, A. (2012). *Foreign Policy Analysis: new approaches*. London: Routledge.
- BREUNING, M. (2007). *Foreign Policy Analysis: A Comparative Introduction*. New York: Palgrave.
- CARLSNAES, W. (1992). "The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis". *International Studies Quarterly*, Vol. 36, No. 3, pp. 245-270.
- CARLSNAES, W. (2008). "Actors, Structures and Foreign Policy Analysis", in Smith, S., Hadfield, A., Dunne, T. (eds.). *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press, pp. 85-100.
- COOPER, A.; HOCKING, B.; MALEY, W. (2008). "Introduction: Diplomacy and Global Governance: Locating Patterns of (Dis)Connection", in Cooper, A., Hocking, B., Maley, W. (eds.). *Global Governance and Diplomacy: Worlds Apart?*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- DONNELLY, J. (2000). *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DOUGHERTY, J.; PFALTZGRAFF, R. (2003). *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva.
- FERNANDES, J. (2009). *Teorias das Relações Internacionais. Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista*. 2.^a ed. Coimbra: Almedina.
- FREIRE, M.; VINHA, L. (2011). "Política externa: modelos, actores e dinâmicas", in Freire, M. (org.), *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 13-54.
- HELD, D.; MCGREW, A. GOLDBLATT, D.; PERRATON, J. (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Cambridge: Polity.
- HELD, D. (2007). "Reframing Global Governance: Apocalypse Soon or Reform!", in Held, D., McGrew, A. (eds.) *Globalization Theory: Approaches and Controversies*. Cambridge: Polity, pp. 240-260.
- HELLMANN, G.; JORGENSEN, K. (2015). "Introduction", in Hellmann, G., Jorgensen, K. (eds.). *Theorizing Foreign Policy in a Globalized World*. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp. 1-11.
- HILL, C. (2003). "What Is to Be Done? Foreign Policy as a Site for Political Action". *International Affairs*, Vol. 79,

No. 2, pp. 233-255.

HILL, C. (2015). *Foreign Policy in the Twenty-First Century*. 2nd ed. London: Palgrave.

HUDSON, V.; VORE, C. (1995). "Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow". *Mershon International Studies Review*, Vol. 39, No. 2, pp. 209-238.

HUDSON, V. (2005). "Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations". *Foreign Policy Analysis*, 1, pp. 1-30.

MENDES, P. (2012). *Portugal e a Europa. Factores de afastamento e aproximação da política externa portuguesa (1970-1978)*. Porto: CEPESE.

MINTZ, A.; DEROUEN JR., K. (2010). *Understanding Foreign Policy Decision Making*. Cambridge: Cambridge University Press.

NEACK, L.; HEY, J.; HANEY, P. (1995). "Generational Change in Foreign Policy Analysis", in Neack, L; Hey, J.; Haney, P. (eds.). *Foreign Policy Analysis. Continuity and Change in Its Second Generation*. New Jersey: Prentice Hall.

NEACK, L. (2008). *The New Foreign Policy: Power Seeking in a Globalized Era* (2nd ed.). Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers.

NEUMANN, I. (2015). "Foreign Policy in an Age of Globalization", in Hellmann, G., Jorgensen, K. (eds.). *Theorizing Foreign Policy in a Globalized World*. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp. 45-57.

NOGUEIRA, J. MESSARI, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.

PATRÍCIO, R. (2014a). "Política Externa", in Mendes, N. e Coutinho, F. (orgs.). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote.

PATRÍCIO, R. (2014b). "Política Internacional", in Mendes, N. e Coutinho, F. (orgs.). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote.

PUREZA, J. (2011), "Há alternativas para a política externa?", JANUS 2011-2012 – *Anuário de Relações Exteriores, As grandes redes de conhecimento; Zonas de crise na geopolítica mundial; Portugal num mundo em mudança*, pp. 164-165, OBSERVARE – Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa: Público Comunicação Social, SA..

ROBINSON, S. (2013). "Assessing the Europeanisation of Portuguese Foreign and Security Policy". PhD thesis. Newcastle: Newcastle University, School of Geography, Politics and Sociology. Disponível em: <https://theses.ncl.ac.uk/dspace/handle/10443/1871> (consultado a 2017-12-02).

RODRIGUES, R. (2004). "Dinâmicas económicas e política externa portuguesa nos países não lusófonos da SADC (1975-2002)". Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/1271> (consultado a 2017-06-12).

SANCHEZ, M.; SILVA, E.; CARDOSO, E.; SPÉCIE, P. (2006), "Política Externa como Política Pública: uma análise pela Regulamentação Constitucional Brasileira (1967-1988)", *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 27, p. 125-143.

SANTOS, V. (2007). *Introdução à Teoria das Relações Internacionais. Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SCHOLTE, J. (2005). *Globalization: a critical introduction*. 2nd ed., revised and updated). Hampshire: Palgrave Macmillan.

SILVA, G.; GONÇALVES, W. (2010). *Dicionário de relações internacionais*. 2nd ed., revised and updated. Barueri, SP: Editora Manole.

SOUSA, F. (dir.) (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Afrontamento.

SOUSA, P. (2014). "A política externa como política pública? Diálogos entre estudos políticos e estudos internacionais". RECP – *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 5, nº 2, 2014, pp. 110-131.

SOUSA, P. (2015). "A Política Externa Portuguesa: continuidade e ruturas. Análise dos programas de Governo de 1999 ao presente". Tese de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

TEIXEIRA, N. (2010). "Breve ensaio sobre a política externa portuguesa". *Relações Internacionais*, n. 28, pp. 51-60.

VOWE, G. (2008). "Politics, Policy, Polity", in Kaid, L., Holtz-Bacha, C. (eds.). *Encyclopedia of Political Communication*. California: SAGE.